

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2015:** *Aos cinco dias do mês de março do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal**, **Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques**, **Eng.º Joaquim Jorge Ferreira**, **Helder Martinho Valente Simões**, **Dra. Ana Maria de Jesus Silva** e **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira**.* =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo **Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos**.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m.* =====

===== *Não esteve presente na reunião o Vereador **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares**, por estar a representar o município na Assembleia Geral das “Águas do Douro e Paiva”, falta essa considerada justificada.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Bom dia a todos. Duas notas no período de antes da ordem do dia. A primeira, é que decorrem hoje na Praça da Cidade, na zona envolvente à Praça da Cidade, as comemorações do Dia Nacional da Proteção Civil. Nesta semana, desde o último fim-de-semana até ao próximo, há vários momentos a assinalar a Proteção Civil. O Município de Oliveira de Azeméis decidiu fazê-lo hoje e estão a decorrer ações com as escolas, de sensibilização, prevenção com os vários agentes da Proteção Civil, desde as Forças de Segurança, Militares, Cruz Vermelha e Bombeiros. Se puderem passar durante o dia é sempre simpático a vossa presença. Uma segunda informação, até porque já foi solicitada pelo Senhor Vereador Helder Simões, relativamente às candidaturas overbooking, dar nota que nós apresentamos candidaturas em quatro eixos. Como sabem overbooking é overbooking, mas depois há vários eixos de overbooking e nós apresentamos à regeneração urbana, à requalificação da rede escolar, à reabilitação urbana e a equipamentos para a coesão social. Portanto, basicamente na regeneração urbana, a candidatura da Feira dos Onze; requalificação da rede escolar, a Escola do Picoto, em Cucujães, uma requalificação*

numa primeira fase, como sabem aquela escola está a precisar de muitas obras; reabilitação urbana, a requalificação da zona educativa e desportiva do sul da cidade, toda aquela zona envolvente que ainda falta fazer; equipamentos para a coesão local, o skate parque de Oliveira de Azeméis, o Campo de Jogos Municipal na Vila de Cucujães e a promoção da segurança rodoviária na cidade de Oliveira de Azeméis. Estas candidaturas têm um valor elegível perto dos três milhões de euros e, portanto, vamos aguardar o que a Comissão Diretiva do ON2 possa dizer. Estamos a fazer o levantamento, mas não é fácil fazê-lo na plataforma, não há um filtro por concelho, há filtros por eixos e, portanto, podemos correr sempre o risco de falhar. Nem todas as associações vieram à Câmara Municipal pedir ajuda, sabemos que em algumas foi preciso fazer levantamentos topográficos e outras coisas em fase de projeto. Não temos ainda o levantamento de tudo o que foi feito no município, espero na próxima reunião já o ter, já pedi à CCDRN e eles perguntaram-me o porquê e eu disse que gostava de ter uma radiografia do concelho. A plataforma não permite ter esse acesso, a nossa password não dá essa informação e temos de fazer uma pesca, segundo as informações, a mais de três mil candidaturas. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que disse: Muito bom dia. Eu gostava de fazer referência a alguns eventos onde marquei presença e de alguma forma também com isso assinalar alguns eventos que marcaram e marcam algumas instituições. Em primeiro lugar, começava por referir a comemoração do 20.º aniversário da Comossela, que tem vindo a prestar serviços importantes e significativos, em particular nesta freguesia de Ossela, e que abrange aéreas desde a infância, juventude até idosos e que tem tido um papel muito importante no apoio social e nos vários serviços que tem vindo a prestar ao longo destes vinte anos à população de Ossela. Também gostava de referir a celebração do 86.º aniversário da Liga dos Combatentes do Núcleo de Oliveira de Azeméis, que teve uma cerimónia evocativa deste aniversário no último domingo e que constituiu, para além da homenagem aos combatentes que tombaram em campo de batalha, a atribuição de menções aos combatentes que ainda estão vivos como também a distinção aos associados que completaram vinte e cinco anos de associados do Núcleo de Combatentes de Oliveira de Azeméis. Também gostava de referir a realização em Oliveira de Azeméis da II Conferência Internacional de Investigação em Saúde, que se realizou nos dias 19 e 20 de fevereiro na Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha de Oliveira de Azeméis e que trouxe participantes e especialistas de vários países nesta área até nós. Teve uma importância grande, já é o segundo ano que se realiza. É mais uma referência desta escola naquele que é o trabalho desenvolvido junto dos profissionais de saúde. Também gostava de referir a realização, hoje às 17h, de uma conferência na área da educação que conta com a presença do José Pacheco, fundador da Escola da Ponte, na Vila das Aves, que tem um projeto similar no Brasil e que atualmente passa mais tempo no Brasil do que propriamente em Portugal e nós dentro do périplo que ele vai realizar no país conseguimos com que ele viesse a Oliveira de Azeméis. Era um dos pedidos que tínhamos há muito tempo, convidar este Professor, não tendo sido possível nos últimos anos, conseguimos hoje e ele vai estar presente falando da escola que temos, ou da “Escola que

temos, à escola que queremos”, temática este muito atual e muito pertinente. Sobre o Programa Aproximar a Educação, dizer-vos que tem havido mais alguns desenvolvimentos, esta semana recebemos a última proposta da minuta de contrato, que aconchega muito daquilo que eram as nossas sugestões, desde o ponto de vista dos aspetos que entendíamos que devia ser alterados, quer também do aconchego que faz relativamente à parte financeira, sendo certo que ainda se mantendo o valor de financiamento da média por aluno, agora salvaguarda que os custos fixos com os blocos C e D se mantenham independentes daquilo que é a variação dos alunos, ou seja, que os custos com a água, luz, produtos de limpeza, custos do funcionamento da escola não fiquem dependentes da variação do número de alunos, que era uma das questões que estava em cima da mesa e que não tinha ainda sido resolvido e que nesta proposta de contrato fica salvaguardado, para além de outros aspetos que eu acho que merecem uma leitura atenta. Eu entrego a proposta e conto até ao final do dia entregar a proposta sob a forma digital para poderem analisar. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Bom dia. Eu na semana passada, por questões de trabalho, fui a Vale de Cambra, colocada a questão do almoço, sugeri o franchising do Pata Negra, porque fiquei sempre com curiosidade, dado que em reunião de Câmara sempre me falaram bem do espaço. Em conversa, fiquei a saber que o espaço já não era gerido pelo mesmo dono do pata negra de Oliveira de Azeméis, dado que tinha sido despejado por falta de pagamento de rendas. Assim pergunto: as rendas em Oliveira de Azeméis estão a ser pagas? Fiquei preocupada e a pensar senão estaria acontecer o mesmo em Oliveira de Azeméis. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Bom dia. Eu queria fazer uma referência à apresentação de mais um livro na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, no passado sábado. Um livro de um pai, do Dr. Luís Quintino, sobre a perda do seu filho. Foi um livro que permitiu uma reflexão muito interessante com a plateia presente e que mostrou como a perda de alguém pode gerar uma corrente muito forte e uma reflexão profunda sobre o luto, mas também sobre a vida. Esteve também presente uma professora, que tem um mestrado sobre o luto, porque também viveu a perda de uma filha e também escreveu um livro e são pontos que se vão efetuando de encontro entre as pessoas e que levam a esta reflexão sobre o valor da vida e também da importância das relações interpessoais. No próximo sábado vamos ter a apresentação de um novo livro na Biblioteca “Contos são Brios” e a abertura de uma exposição subordinada ao tema “Raíces” na Galeria Tomás Costa. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que fez a seguinte intervenção: Muito bom dia a todos. Algumas questões muito breves. Uma delas, Senhor Presidente, tem a ver com as denúncias que entreguei, saber se já foi feito o trabalho de avaliação interna, a avaliação da veracidade das afirmações que são produzidas. A segunda questão, Senhor Presidente, tem a ver com notícias, de primeira página, na comunicação social, em relação ao projeto de investimento da Wuhan Industries na Área de Acolhimento de Empresarial de UI/ Loureiro. Lamentavelmente esta é uma prática recorrente, aliás uma característica intrínseca da sua gestão, na minha, e na nossa opinião, errada e criticá-la, que é os Vereadores, o Executivo, saberem pela comunicação

social de um assunto desta importância. Acreditando em tudo aquilo que o Senhor disse ao mesmo órgão de comunicação social, portanto, que a situação estava devidamente acautelada e salvaguardada, vamos esperar naturalmente que esta situação chegue a bom porto, porque objetivamente estamos a falar de um investimento que como todos sabemos é um investimento importante, é um investimento âncora para a Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro, é um investimento que consome uma parte substancial da área industrial e, portanto, consumir uma parte substancial da área industrial significa que afetou assim uma parte importante do investimento que estamos a fazer e, portanto, objetivamente este é um assunto que deve ser acompanhado permanentemente com todo o detalhe em sede de Executivo. Até, Senhor Presidente, por uma coisa muito simples, que é uma coisa que nós não gostamos de fazer, que é produzir informações erradas. Eu até já tive oportunidade de falar com o Dr. Isidro Figueiredo sobre isto há umas semanas no aniversário da Associação Recreativa e Cultural de Loureiro, mas objetivamente nem um nem outro sabíamos muito bem o que dizer às pessoas que estavam na mesa. Eu gostaria que a informação que fosse dada fosse uma informação que correspondesse àquilo que é a informação do Executivo Camarário, porque nesta matéria os erros, as informações erradas pagam-se caro e, portanto, objetivamente aqui numa matéria tão relevante como esta, o município tem que ter para os munícipes uma informação rigorosa, concertada que não levante nenhum tipo de dúvida, nem que levante nenhum tipo de irresponsabilidade por parte do Executivo relativamente a este processo. Portanto, Senhor Presidente, nós gostaríamos, e doravante, ser informados sobre tudo o que está decorrer neste processo. Uma outra questão, tem a ver com esta questão também e vem quase que na mesma linha daquilo do que foi dito, com estas candidaturas da autarquia ao overbooking. Obviamente, Senhor Presidente, que nós, na nossa opinião, deveríamos e gostaríamos de ter participado na discussão das propostas a candidatar, na definição das prioridades, que o Executivo entendia como sendo importantes a candidatar. Eu não digo que estas candidaturas que foram feitas não são importantes, longe de mim dizer isso, mas todos sabemos que o mérito das candidaturas é relevante para a sua aprovação. Portanto, nós gostaríamos de ter discutido seriamente aquilo que deveríamos ter candidatado, nós temos algumas necessidades ao nível do edificado público, a Casa Sequeira Monterroso, o edifício das antigas finanças, o Salão Nobre do Município, a própria Casa Museu Ferreira de Castro. Temos também a questão das acessibilidades e mobilidades em que tivemos um projeto de candidatura da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria que não teve qualquer efeito e poderíamos ter aqui também uma oportunidade de avançar com alguma ação nesta área. A questão de definição de novas centralidades que é importante, como sabe, começarmos a pensar; a questão das vias estruturantes; a conclusão da Via do Nordeste. Enfim, havia um conjunto vasto de matérias que eu acho que seria importante discutirmos, é evidente que estas aqui também são apontamentos importantes. A Feira dos Onze, nós temos repetidamente falado sobre isso, embora não seja um investimento demasiado avultado que nos obrigue a esperar pela aprovação da candidatura. A Escola do Picoto, obviamente que é uma questão importante, é uma questão relevante, sobretudo quando a

matéria de Educação neste momento é tratada com tanta acuidade. É evidente que também a nossa zona desportiva, a requalificação daquela zona é muito importante, sobretudo a criação daquela via ao lado da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro e obviamente que só essa via requalifica toda aquela zona e dá-lhe outra dignidade, inclusive transforma-se de certeza num percurso pedonal que será muito apreciado pelos Oliveirenses que estão a utilizar cada vez mais, e ainda bem, aquela zona. Portanto, seria importante, Senhor Presidente, e isto acho que é o verdadeiro espírito de um executivo, de um executivo que naturalmente é composto por elementos de dois partidos diferentes, se fosse três ou quatro eu diria exatamente a mesma coisa, que nós fossemos chamados, aliás até acho que de certa forma acabaria por coresponsabilizar os dois partidos na definição daquilo que são as prioridades mais importantes para o concelho. Eu, sinceramente, Senhor Presidente, nunca percebi essa sua característica, não acho que faça grande sentido, não me parece que o concelho saía beneficiado desse tipo de prática, julgo que o que seria vantajoso para ambos, mas sobretudo para os Oliveirenses era que nós pudéssemos participar nestas coisas. Muito obrigado. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Bom dia, mais uma vez. Eu vou fazer uma breve menção de alguns acontecimentos e de algumas iniciativas que se vão realizar nos próximos dias. Começaria por salientar a excelente participação de Oliveira de Azeméis na última Feira do Turismo, na BTL. Tivemos um programa alargado de cinco dias, com uma enorme adesão, com um enorme reflexo positivo, quer por parte dos nossos parceiros, quer das pessoas que nos visitaram. Tivemos um programa alargado, com uma forte incidência na área da gastronomia, mas também na área da nossa indústria, da nossa cultura, da nossa arte, no fundo valorizando o que as nossas associações vão fazendo e representando um bocadinho a nossa atualidade. Foi um destaque que nós tentamos fazer obviamente na área da gastronomia, sendo Terra da Culinária 2015, fizemos um esforço excepcional para destacar um bocadinho as nossas valências nesta área. E fruto disso também estamos na maior Feira Gastronómica de Espanha, neste momento a realizar-se, a Feira Internacional de Gastronomia de Espanha, em Ourense. Por coincidência a nossa aposta, o nosso slogan, é “Sabores de Azeméis”, o caso de Ourense é “Sabores de Ourense”, por acaso sem qualquer tipo de contato direto acabou por ser de facto uma coincidência feliz. Nós estamos também empenhados junto da comunidade de Galiza, sabemos a importância que a Galiza tem para o Norte de Portugal, materializando a nossa presença também com uma forte presença na área da gastronomia e também na área da cultura. Também destacar alguns eventos que se vão realizar. Vamos ter aqui no próximo sábado a Taça Nacional de Karaté, nas categorias de Infantis, Iniciados e Juvenis, uma prova que de alguma forma vem materializar um bocadinho o trabalho que temos feito na modalidade. Destacar também, é para nós uma honra e acho que todos nós estamos satisfeitos por termos um representante na Seleção Nacional Portuguesa de Ténis a jogar a 1ª ronda da Taça de Davis em Ténis no Jamor, neste fim-de-semana contra Marrocos, neste caso o João Domingues. Espero que corra bem a Portugal e nós cada vez mais estamos a destacar-nos no ténis nacional, a nível desta prova em particular temos crescido e estamos de facto num reconhecimento de

importância na modalidade e essencialmente nesta prova. Falar-vos também que este fim-de-semana decorre mais uma prova de atletismo, o circuito municipal de atletismo, neste caso o 13.º Grande Prémio de atletismo de Macieira de Sarnes. É uma prova que nós continuamos a achar que é uma prova essencial, uma prova que tem marcado um bocadinho a diferença pela quantidade de atletas que participam e destacar também o trabalho da associação que gere esta prova em parceria com o gabinete do desporto. Nesse âmbito dar os parabéns e acho que todos nós o devemos fazer, pelos oitenta anos do Grupo Musical Macinhatense, um grupo que tem uma história incrível e de gente de bem que tem feito um trabalho meritório que nós devemos reconhecer. Este fim-de-semana há um conjunto de workshops na área da juventude, este fim-de-semana de fotografia, mas teremos também dança e moda. São três workshops organizados na Loja Ponto Já, em parceria com o Instituto Português do Desporto e da Juventude e que de alguma forma vem ao encontro de algumas solicitações nestas áreas. São áreas bastante interessantes, são oradores/formadores muito interessantes, eu próprio gostaria de estar nessa de fotografia, porque é uma pessoa de reconhecido valor na área. Depois dizer-vos que amanhã teremos uma conferência organizada pelo Centro Municipal de Marcha e Corrida na Biblioteca, cujo tema é “Os benefícios da marcha e da corrida” com dois oradores também bastante interessantes. Temos hoje também uma conferência em parceria com a DECO, sobre “Energia Fantasma”, uma área que se descarta um bocadinho mas que tem alguma relevância, nomeadamente sabemos que há coisas simples, procedimentos simples da nossa parte que temos como regulares para evitar gastos supérfluos. Teremos também no próximo fim-de-semana, mais uma edição do Street-Market, neste caso o Street-Market especial da Páscoa, evento este que tem crescido bastante e que tem tido uma adesão muito interessante por parte da comunidade oliveirense, mas essencialmente por parte daqueles que utilizam aquele espaço para vender de tudo e mais alguma coisa. Tem-me surpreendido mesmo a mim que já tinha feito muito para que isto acontecesse. Dizer-vos também que já alguns kms de estrada por parte da nossa equipa sediada em Oliveira de Azeméis, uma equipa de Sub 23 Carglass, que sempre que sai para a estrada sai com campeões e neste caso último saiu com dois campeões nacionais de pista, neste caso o Luís Gomes e o Rui Oliveira. Dizer-vos também que este sábado, também em parceria com a Câmara Municipal, teremos mais uma prova de BTT, o III Raid do Caima Radical, junto à zona do Continente. É uma prova que aconselho a quem gostar da modalidade a estar presente, é uma prova giríssima, bem organizada e que traz muita gente de todo o país para assistir e para participar. Por último, dizer-vos também que no próximo fim-de-semana temos mais uma edição dos fins-de-semana gastronómicos, em parceria com o Turismo do Porto e Norte de Portugal, onde cada vez mais temos uma adesão forte por parte dos nossos restaurantes, que têm de alguma forma contribuído um bocadinho para a divulgação dos nossos restaurantes e da nossa gastronomia. Dar os parabéns também, após dez anos de ausência, estar na Final de Basquetebol em termos de Taça de Portugal, após uma vitória esmagadora contra o Póvoa, a Oliveirense pode estar a caminho da segunda Taça de Portugal. Que corra tudo bem, está de parabéns, depois de dez anos é importante marcar a presença nestes palcos

principais. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira que disse: São questões muito simples. Uma delas, tem a ver exatamente com essa questão das candidaturas, Senhor Presidente, de facto gostaria de saber, se é possível, se há algum desenvolvimento relativamente àquele trabalho que começou a ser feito com a Casa Museu. Era importante porque obviamente as candidaturas vão abrir no novo Quadro e esse trabalho se for feito agora, se for feito com tempo, se for feito de forma estruturada, poderá pelo menos numa fase inicial, não sei se é possível uma candidatura mais ampla, resolver problemas mais sérios da Casa Museu. Seria interessante, pelo menos a parte da cobertura, porque nós vamos entrar agora num período que esperemos que não seja de muitas chuvas e este inverno também não foi muito chuvoso, mas continuamos exatamente com os mesmos problemas que tínhamos. Agora já sabemos onde é que eles existem no telhado, mas a verdade é que aquela estrutura não está adequada ao edifício e à saúde do edifício. Não é habitual fazer as obras e começar pelo telhado, mas ali tem que se começar se calhar mesmo pelo telhado no sentido de salvaguardar a entrada de água para ao edifício, que é um risco que devemos evitar. Relativamente a uma outra questão, que tem a ver com as candidaturas, não sei se entram nestas candidaturas ou se entram noutras, é a questão do Centro Escolar de Lações de Cima, falou-se naturalmente na Escola do Picoto em Cucujães que é muito importante que se requalifique o edificado escolar e, portanto, se mantenha o edificado escolar. Muitos municípios aproveitaram até agora exatamente para renovar praticamente as escolas de uma forma muito global, fazendo novos centros escolares, nós também fizemos alguns, mas a verdade é que nós ainda temos a esse nível alguns problemas para resolver, particularmente em Lações de Cima, onde temos cada vez mais alunos, ao contrário de algumas áreas do nosso concelho. A verdade é que esses alunos apesar de estarem em escolas que têm requalificação, é o caso da Escola do Outeiro que é um caso importante, mas também a Escola de Lações de Cima não tem condições para acolher as turmas que estão neste momento a frequentar a escola, porque é um edifício que neste momento a ser requalificado seria provavelmente um desperdício de dinheiros públicos. É uma escola, mas seria importante nós avançarmos com o Centro Escolar de Lações de Cima e perceber como é que isso é possível, porque honestamente o projeto estava feito. Nós avançamos com o Centro Escolar a sul, do meu ponto de vista e da minha avaliação acho que foi um centro escolar que provavelmente em termos de prioridades poderia aguardar um pouco mais, aguarda o Centro Escolar de Lações de Cima e a verdade é que os alunos e os pais queixam-se que as condições deveriam ser melhores na parte norte, porque há mais alunos a frequentar aquela zona e esperemos que sejam cada vez mais alunos a procurar aquele Agrupamento de Escolas de Ferreira de castro. Senhor Presidente, saber o que é que pode ser feito, o Senhor Presidente também é Presidente da Área Metropolitana do Porto, naturalmente terá acesso a informação privilegiada, se é que a pode partilhar connosco, porque gostaríamos de saber também alguma coisa acerca disso. Uma questão, enfim aqui mais delicada, que tem a ver com as vias e a requalificação das vias que tem vindo a ser feita. A verdade é que continuamos na via da antiga ENI a ter alguns acidentes complexos, aconteceu mais uma vítima de acidente, uma senhora

idosa, que atravessava a rua. Sabemos que estão a ser feitas passadeiras, sabemos que estão a ser feitas marcações, mas a verdade é que aquela rua não é só isso, porque é uma rua que não tem limitações físicas, marcas sonoras nos pisos, para que os peões possam fazer atravessamentos em segurança ou em maior segurança. Senhor Presidente, era de repensar que são zonas urbanas com muito tráfego e estas situações das pessoas terem de passar em zonas que tem muito tráfego acabam muitas vezes por criar estas situações, infelizmente para a senhora, para os familiares e para quem provocou o atropelamento, é sempre muito complicado. Nós se tivermos as vias bem marcadas, se tivermos as vias bem identificadas, podemos evitar estas coisas, nunca se impossibilita a ocorrência destas situações, mas podemos evitá-las. A acuidade seria nestas vias de maior tráfego, era este o apelo que fazíamos. Finalmente, Senhor Presidente, nós assistimos na última Assembleia Municipal à retirada dos dois pontos sobre o Centro de Línguas e a Academia de Música. Gostaríamos de saber o que é que se passou, uma vez que foram aprovados em sede de executivo, houve ali qualquer coisa de estranho que não foi explicado na altura, se o Senhor Presidente poder explicar aqui, era importante, porque todos ficaríamos a saber. Muito obrigado. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Eu já tomei nota da intervenção da Vereadora Ana de Jesus e também já estou como a senhora, fui uma vez a Vale de Cambra, até fui com o meu Colega de Vale de Cambra ao Pata Negra, fomos lá almoçar e a casa estava cheia e tivemos que estar à espera para sermos atendidos, fica ali mesmo ao lado da Câmara Municipal. Não sei o que se passa em Vale de Cambra, tomei boa nota e vou naturalmente saber como é que está a situação das rendas. Não tenho conhecimento de nenhuma situação de alerta, porque quando acontecem atrasos os serviços alertam de imediato, vou fazer o levantamento de toda a situação, das rendas e da ampliação da estrutura. Quanto às questões colocadas pelo Senhor Vereador Joaquim Jorge, dar-lhe nota, naquela questão das denúncias, algumas, seguramente que me acompanhará, são completamente ridículas, mas há outras que precisam de ser analisadas. Neste caso concreto está o Departamento das Empreitadas e das Obras Municipais a tratar do assunto. Depois será dada a respetiva informação. Quanto à questão que colocou da Wuhan, Senhor Vereador, deixe-me dar-lhe esta nota porque eu julgo que ela é importante. Nós nem sempre, pelo menos eu não consigo fazer isso, apesar de às vezes ser acusado de alguma “influência”, conseguimos prever o timing das questões que a comunicação social quer abordar. Quanto à questão da Wuhan, eu fui abordado pela jornalista do Correio de Azeméis na última Assembleia Municipal, dizendo-me até que o assunto ia ser tratado no período de antes da ordem do dia e eu disse-lhe “eu posso-lhe falar o que sei sobre a matéria, mas se for falado na Assembleia Municipal eu darei as informações na Assembleia Municipal, se não for e o se o jornal entender que quer fazer um trabalho sobre essa matéria eu estou disponível para dar informação”, porque eu acho que não informar ou não dizer aquilo que nós sabemos sobre o assunto é que realmente depois provoca que as pessoas possam distorcer ou dizer coisas que não correspondam à realidade. E efetivamente sobre aquela matéria eu já ouvi muita coisa, mas não podemos dar importância a tudo, mas naturalmente àquilo que consideramos mais relevante dar. Nós procuramos

naturalmente receber informação junto do AICEP e junto do Senhor Vice-Primeiro Ministro Paulo Portas, porque enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros ele acompanhou este projeto com muita proximidade. Fizemos também um contato com a Embaixada da China, falamos com os Adidos Comerciais da Embaixada relativamente ao ponto da situação e falamos também com o promotor, com o representante português o Eng.º Carlos Teixeira. Até porque convinha esclarecer, porque uma das coisas que se falava é que as obras tinham parado por falta de energia da Câmara, porque a Câmara tinha-se comprometido a colocar lá energia e isso não correspondia minimamente à realidade e isso os Senhores Vereadores têm acompanhado porque foi aprovado aqui em reunião de Câmara o contrato com a EDP e o protocolo foi feito e a respetiva candidatura. Felizmente que a candidatura foi aprovada, apesar de algumas reticências iniciais por parte da Comissão Diretiva do ON2 3, portanto, não tinha a ver rigorosamente nada com a energia, nomeadamente a média tensão para aquela ou outras empresas é preciso quando a empresa estiver pronta a laborar e não quando a empresa está em fase de construção e não tem sequer máquinas instaladas e a laborar. Como sabem este investimento tem um contrato de benefícios fiscais com o Governo Português, foi aprovada em sede de Conselho de Ministros, foi tratado ao mais alto nível, tem a ver com as relações entre Portugal e a China, portanto, está incluído no pacote de compra da EDP, da REN, do Novo Banco, da Fidelidade, de uma série de grandes empresas de serviços e não só, mas também na área industrial e este era um projeto de referência nas relações Portugal e China. Por isso, eu quis colocar também a questão ao Senhor Vice-Primeiro Ministro, porque ele acompanhou isto. Na altura isto foi acompanhado pelo Presidente do AICEP Pedro Reis, que já não é agora, foi substituído agora pelo Dr. Miguel Frاسquilho, com quem eu não falei sobre esta matéria, mas tive a oportunidade de falar também com o Pedro Reis e a interpretação que ele tinha é que não tinha dúvidas de que as coisas iriam correr bem, porque estavam a falar de uma estrutura muito sólida e muito forte. Eu acho que durante esta semana o Eng.º Carlos Teixeira foi conhecer o novo grupo empresarial que adquiriu o Grupo Wuhan Industrie. Está neste momento na China, esperamos que seja portador de boas notícias quando vier para cá. A indicação que nós temos da Embaixada é que efetivamente não há nenhum problema, houve uma aquisição por parte de outro grupo chinês da mesma área de negócio, um grupo mais forte, uma aquisição perfeitamente normal na China acontecer. Como o Senhor Vereador Joaquim Jorge, nós todos à volta desta mesa estamos preocupados, porque efetivamente aquilo é um investimento interessante, estamos a falar de trinta milhões de euros, estamos a falar da criação de sessenta ou setenta postos de trabalho, estamos a falar de uma série de contratos fiscais de muitos milhares de euros que o Governo Português deu, estamos a falar de financiamento de obras de fundos comunitários já pagos e estamos a falar do cumprimento de prazos daquilo que são as candidaturas a fundos comunitários. As obras têm que estar prontas para garantir o financiamento comunitário. E, portanto, dizer-vos que a questão de ter aparecido na comunicação social, repito, falo do contato que foi feito pela Ângela Amorim antes da Assembleia Municipal, e, portanto, daí ter saído e não termos conversado sobre isto aqui na

reunião de Câmara. O Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro tinha também já feito um contato comigo para saber, porque efetivamente as pessoas vão falando muitas coisas, que faltou pagar isto, que faltou pagar aquilo e não sei mais, o que não corresponde minimamente à verdade, porque o que lá está feito é faturado e é participado por fundos comunitários, 85% do que lá está feito está pago, ainda por cima os fundos comunitários neste momento não atrasam e ainda bem. Vamos aguardar por boas notícias e as boas notícias são a manutenção do investimento e até se possível o reforço do mesmo e eu logo que haja alguma novidade partilho aqui convosco. Sobre a questão do overbooking, deixe-me só dar-lhe aqui duas ou três explicações, Senhor Vereador, e que tem a ver com o seguinte: há um conjunto de obras que o Senhor Vereador falou, a Sequeira Monterroso, as Finanças que não podiam ir ao overbooking por uma razão muito simples, o overbooking tinha regras muito próprias de que as obras tinham de estar contratadas, ou seja, podiam ir ao overbooking se nós já tivéssemos, por exemplo, há dois anos iniciado esse processo. A informação a partir de certa altura começa a ser tanta e tão contraditória, a gente tenta ir a todos os lados ouvir, mas depois chegamos a casa e começamos a cruzar as coisas e as dúvidas são mais do que as certezas. Neste momento ouvimos falar nuns milhões para a requalificação urbana e nuns milhões para a regeneração urbana, são vários os Membros do Governo que falam nisso. Para vos dizer que essas coisas que vocês falaram da requalificação e da regeneração urbana, nós estamos a fazer o trabalho de casa para que logo que haja regulamentos nós nos poderemos candidatar. Senhor Vereador Manuel Alberto, o Centro Escolar de Lações, eu sei que custa dois milhões e meio de euros, está projetado e pago o projeto, agora vamos ter de perceber a oportunidade de financiamento. Quanto ao Centro Escolar de Ul, que o Senhor Vereador falou que andou mais depressa, não estamos a comparar valores, estamos a falar de um centro escolar de dimensão reduzida, com condições muito especiais, aliás foi aqui aprovado em reunião de Câmara. Eu acho que aquela Escola será a escola pública mais barata da história de Portugal, porque como sabem arranjam um privado que doasse o terreno, arranjam um privado que pagasse o projeto. É preciso perceber se há financiamento. Vamos aguardar. Quanto à questão que o Senhor Vereador falou da requalificação da via, infelizmente houve um acidente, é sempre fácil atirar pedras à Câmara Municipal quando ocorre um sinistro. Já toda a gente percebeu que as condições climáticas à hora do acidente eram terríveis, portanto, devia haver mais prevenção e precaução de quem vai a conduzir e de quem atravessa a estrada. A responsabilidade não é nossa, há no local passadeiras. No overbooking uma das candidaturas é a promoção da segurança rodoviária em Oliveira de Azeméis, é um bocadinho para isso, para ver se conseguimos financiamento para poder fazer ainda mais do que aquilo que está previsto. Espero que este sol se mantenha durante mais algum tempo para se fazer a Via do Nordeste, pintar aquela via. A última nota, é que nós entendemos propor a retirada dos pontos na Assembleia Municipal porque tínhamos pedido duas informações, uma à CCDRN (Centro de Línguas) e outra ao POPH (Academia de Música), não nos chegaram essas informações, logo que elas nos cheguem vamos levar os pontos à Assembleia Municipal para serem discutidos e esperemos nós aprovados. =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias dezanove do passado mês de fevereiro e quatro do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *A Câmara Municipal tomou conhecimento da atualização de preços do Serviço Postal Universal e restantes serviços de Correio, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** *O Senhor Presidente colocou à aprovação a ata nº 40, a qual foi aprovada por unanimidade.* =====

===== **EDUCAÇÃO** =====

===== **NÚCLEO ORGANIZADOR DO VIII ENCONTRO CIENTÍFICO, DA ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS – PEDIDO DE APOIO (I/17989/2015):** *Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições das Autarquias Locais em matéria de educação, saúde e promoção do desenvolvimento (als. d), g) e m), art.º 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; - O teor do ofício do Núcleo Organizador do VIII Encontro Científico, da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, no qual solicita apoio logístico para a realização do VIII Encontro Científico "Doente Crítico em foco: Uma exigência contínua!", a realizar nos dias 11 e 12 de junho do corrente ano (E/6740/2015), proponho: seja atribuído o apoio solicitado, designadamente, na impressão de cartazes, programas, certificados de participação e presença nos Workshops, bem como de pastas para os congressistas que participarem no evento, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do diploma acima citado.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE REIKI – PROJETO “AQUI HÁ REIKI” - REVOGAÇÃO DE PROTOCOLO (I/17897/2015)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 19 de junho de 2014, foi aprovado o protocolo de colaboração entre o Município e a Associação Portuguesa de Reiki, mais concretamente com o Núcleo de São João da Madeira, assinado a 4 de julho de 2014, com vista a promover o conhecimento da energia universal do Reiki, capacitando a população com os necessários conhecimentos à sua prática regular; - Que já não se mantêm os fundamentos e pressupostos que presidiram à sua celebração. Proponho: - A revogação do protocolo em referência, a partir de 2015, conforme acordado com a responsável/outorgante da parte da Associação Portuguesa de Reiki.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A FUNDAÇÃO MANUEL BRANDÃO (I/17958/2015)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Ação Social e promoção do desenvolvimento, (alínea h) e m) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro); - As competências das autarquias no apoio aos projetos de melhoria das instalações, permitirá promover melhores respostas sociais e de qualidade dos serviços Ao abrigo da alínea o) número 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com as disposições legais e fundamentos acima referidos, - Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1344/2015, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, proponho: - Ao abrigo da alínea o) nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, que seja aprovada a minuta do Contrato- Programa com a Fundação Manuel Brandão, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. A Vereadora Dra. Gracinda Leal não participou na votação deste ponto por se considerar impedida. =====

===== **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/8932/2015)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos e Ações Sócio-Habitacionais, em que da análise social dos requerimentos de apoio ao arrendamento, se verifica que reúnem os requisitos necessários para beneficiarem do apoio, propõe-se o seguinte: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a atribuição de um apoio económico mensal com início no mês de março de 2015, em conformidade com o quadro abaixo:

Nome	Freguesia	Nº Contribuinte	Valor Apoio	N.º EPEF	N.º CFD
Luís Filipe Gonçalves Ferreira	Cucujães	172 038 650	€60	813	1342

<i>Maria das Dores de Jesus Pinho</i>	<i>Cucujães</i>	<i>138 236 593</i>	<i>€ 45</i>	<i>814</i>	<i>1341</i>
<i>Artur Jesus da Silva</i>	<i>Cucujães</i>	<i>171 972 309</i>	<i>€ 40</i>	<i>815</i>	<i>1340</i>
<i>Maria de Fátima Gomes da Silva Reis</i>	<i>P. Bemposta</i>	<i>172 501 067</i>	<i>€ 62,50</i>	<i>816</i>	<i>1339</i>
<i>Maria José Almeida Azevedo</i>	<i>O. Azeméis</i>	<i>146 315 677</i>	<i>€ 37,50</i>	<i>817</i>	<i>1338</i>
<i>Ângela Maria Capelo Andrade</i>	<i>Fajões</i>	<i>191 527 149</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>818</i>	<i>1337</i>
<i>Angie Yamilet Caballero Espinosa da Silva</i>	<i>Travanca</i>	<i>230 001 475</i>	<i>€ 25</i>	<i>819</i>	<i>1336</i>
<i>Lia Mariana Batista da Costa Santos</i>	<i>O. Azeméis</i>	<i>188 760 342</i>	<i>€ 45</i>	<i>820</i>	<i>1335</i>
<i>Elisabete Maria de Almeida Oliveira</i>	<i>O. Azeméis</i>	<i>204 738 229</i>	<i>€ 60</i>	<i>821</i>	<i>1333</i>
<i>Luciana Vampré Di Monte</i>	<i>S. Riba-Ul</i>	<i>260 872 059</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>822</i>	<i>1334</i>

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE RENOVACÃO E REAJUSTAMENTO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/9175/2015):** Pela

Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, relativa à renovação dos pedidos de apoio ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a renovação dos apoios, em conformidade com o quadro abaixo, que integra os respetivos números de compromisso de fundo disponível:

<i>Nome</i>	<i>Nº Contribuinte</i>	<i>Valor Apoio</i>	<i>Valor da Renovação</i>	<i>N.º CFD</i>
<i>Susana Cristina Assunção Silva</i>	<i>204 529 298</i>	<i>€ 70</i>	<i>€ 70</i>	<i>477</i>
<i>Belmira de Jesus Sias Mendes</i>	<i>172 203 198</i>	<i>€ 70</i>	<i>€ 60</i>	<i>228</i>
<i>Sandra de Almeida Cunha da Silva</i>	<i>201 836 327</i>	<i>€ 70</i>	<i>€ 70</i>	<i>463</i>
<i>Fernando Azevedo Almeida</i>	<i>175 695 628</i>	<i>€ 40</i>	<i>€ 40</i>	<i>256</i>
<i>Carlos Manuel Oliveiras Cunha</i>	<i>175 307 660</i>	<i>€ 60</i>	<i>€ 60</i>	<i>235</i>
<i>Armando Francisco Correia Silva</i>	<i>174 449 054</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>221</i>
<i>Margarida Alves Oliveira</i>	<i>164 503 579</i>	<i>€ 60</i>	<i>€ 60</i>	<i>296</i>
<i>Maria Otília Jesus Magalhães</i>	<i>134 337 930</i>	<i>€ 60</i>	<i>€ 60</i>	<i>391</i>
<i>Paula Cristina Rebelo Neno</i>	<i>200 531 530</i>	<i>€ 80</i>	<i>€ 80</i>	<i>427</i>
<i>Américo Dias Pires</i>	<i>178 775 622</i>	<i>€ 40</i>	<i>€ 40</i>	<i>193</i>
<i>Domingos Almeida Aleixo</i>	<i>116 686 650</i>	<i>€ 75</i>	<i>€ 75</i>	<i>247</i>
<i>Arlinda Almeida Silva</i>	<i>180 347 152</i>	<i>€ 40</i>	<i>€ 40</i>	<i>218</i>
<i>Paulo Jorge da Rocha Almeida</i>	<i>187 216 525</i>	<i>€ 75</i>	<i>€ 75</i>	<i>433</i>
<i>Maria de Fátima Almeida Moreira</i>	<i>234 078 561</i>	<i>€ 87,50</i>	<i>€ 70</i>	<i>317</i>
<i>Manuel Maria Pereira de Sousa</i>	<i>173 043 739</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>294</i>
<i>Noémia Maria Conceição Pires</i>	<i>183 184 629</i>	<i>€ 67,50</i>	<i>€ 67,50</i>	<i>417</i>

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE CESSAÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/9268/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, no âmbito da cessação dos apoios ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a cessação dos seguintes apoios: - Por não apresentarem requerimento de candidatura para renovar o apoio: Isabel Maria Soares Santos, Agostinho Leonor José Rodrigues e Ana Paula de Azevedo Nunes, a partir do mês de março de 2015; - Alteração do agregado familiar o que originou o aumento de rendimentos: Maria Aldina da Costa Mortágua Leite, a partir do mês de fevereiro de 2015; - Por não cumprir os requisitos regulamentares para beneficiar do apoio: Maria de Fátima Evangelista Almeida e Carla Margarida Marques Costa, com efeitos a partir do mês de fevereiro de 2015, tendo sido em tempo providenciado o não pagamento do apoio respeitante a este mês.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. ==

===== **FINANCAS E CONTABILIDADE** =====

===== **AUTORIZAÇÃO EXCEPCIONAL DE ACRÉSCIMO AO FUNDO DISPONÍVEL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ART.º 6.º DO DL N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, datado de 19.02.2015, o qual se passa a transcrever: “Considerando que: - Para efeitos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, considera-se fundo disponível as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, nomeadamente os montantes autorizados nos termos do art.º 4º da Lei n.º 8/2012 e art.º 6 do DL 127/2012, de 21 de junho; - A título excepcional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados, pela Câmara Municipal, sem possibilidade de delegação, quando envolvem entidades da administração local, nos termos da alínea c), n.º 1 do art.º 4º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; - De acordo com o n.º 1, do art.º 8 do DL 127/2012, de 21 de junho, a assunção de determinados compromissos deve ser efetuado pelo seu valor integral aquando da outorga do respetivo contrato, emissão da ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente, o que acontece regularmente de acordo com o normal funcionamento do MOA. - De acordo com o n.º 2 do art.º 6.º do DL 127/2012, o aumento temporário dos fundos disponíveis só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifica a obrigação de efetuar o último

pagamento. - Sempre que o exigam circunstâncias excepcionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, o Presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática sob pena de anulabilidade (art.º 35.º n.º 3 do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); - Para efeitos de incorporação no cálculo do fundo disponível do mês de fevereiro, torna-se justificável, englobar-se os montantes parciais que se preveem receber de receitas próprias (cl. económicas: 01- Impostos Diretos, 02- Impostos Indiretos, 04-Taxas Multas e Outras Penalidades, 05-Rendimentos de Propriedade, 0601-Sociedades e Quase-Sociedades Não financeiras, 06030199-outras, 07-Venda de Bens e Serviços Correntes, 08-outras Receitas Correntes) de acordo com o quadro abaixo, no montante global de 632.832,05€.

Cl. Económica	Mês a acrescer o FD	Mês previsão de recebimento	Valor
01 – Impostos diretos	fevereiro	maio	111.540,98 €
02 – Impostos indiretos	fevereiro	junho	7.164,48 €
04 - Taxas, Multas e Outras penalidades	fevereiro	junho	50.993,26 €
05 - Rendimentos de Propriedade	fevereiro	junho	16.824,67 €
0601 - Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	fevereiro	junho	8.687,29 €
06030199 - Outras	fevereiro	junho	31.055,54 €
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	fevereiro	junho	144.403,58 €
08 - Outras Receitas Correntes	fevereiro	junho	12.248,29 €
01 – Impostos diretos	fevereiro	julho	125.827,21 €
01 – Impostos diretos	fevereiro	agosto	124.086,75 €
		total	632.832,05 €

Pelo que, determino: 1. Que se incorpore, a título excepcional, ao cálculo do fundo disponível do mês de fevereiro, o montante global de 632.832,05€, antecipando verbas previstas a receber de acordo com o quadro acima, nos termos da alínea c), n.º 1 do art.º 4º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com a alínea f) do art.º 3º da referida Lei; 2. A ratificação do presente despacho, nos termos e para os efeitos do art.º 35.º n.º 3 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na próxima reunião da Câmara Municipal.”

===== **PATRIMÓNIO** =====

===== **INCORPORAÇÃO DE QUADRO ARTÍSTICO PINTURA A ÓLEO, EM BENEFÍCIO DO INVENTÁRIO MUNICIPAL (I/5837/2015):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Doação: Obra Com o título "A Padeira de Ul", da artista Lisete Teresa Rodrigues do Carmo. Propõe-se: Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea J), do nº1 do Artº33 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, a aprovação da incorporação do bem referido, a título de doação, em benefício do Inventário Municipal.” Após

análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO VIDRO – 2.ª FASE” – APROVAÇÃO DE MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO (I/18064/2015):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em 13 de novembro do ano findo foi celebrado o contrato da empreitada acima indicada; - Do clausulado do mesmo contrato consta o compromisso de fundo disponível (CFD) referente ao ano de 2014 (5101/2014); - A alteração do número de compromisso de fundo disponível com a mudança do ano económico (665/2015), proponho: A aprovação da minuta de adenda ao contrato de empreitada, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, com a alteração atrás referida.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OUTROS** =====

===== **RATIFICAÇÃO DOS CONSUMOS EM EXCESSO ATRIBUÍDOS ATRAVÉS DO PROTOCOLO CELEBRADO COM OS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS E A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – NÚCLEO DE CUCUJÃES (I/13029/20159):** Do Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “No âmbito do Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal, Sapadores Florestais, Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães foram definidos limites anuais de consumos de combustíveis de 3.400Lt, 60.000Lt e 1.200Lt respetivamente. Durante o exercício de 2014 esses limites foram ultrapassados tendo os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis atingido um consumo total de 78.453,29Lt (mais 18.453,29Lt que o definido) e a Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães 1.587,19Lt (mais 387,19Lt que o definido). Solicita-se que seja efetuada ratificação dos consumos em excesso, listagem esta que fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas, e que seja determinado o procedimento a adotar, durante o exercício de 2015, quando os consumos atingirem o limite estabelecido no protocolo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** =====

===== **EMIÇÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO FAVORÁVEL PARA DIVERSAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS (I/91779/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1 - Nos termos do

n.º 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2015- LOE 2015), carecem de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços; 2 - Nos termos do n.º 6, do artigo 75.º da LOE 2015, o parecer prévio vinculativo depende de: a) Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa. Neste âmbito, a circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. N.º 92/2014-PB de 24 de julho que divulga a Nota N.º 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho n.º 2556/2014-SEAP de 10/07/2014 proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014, as autarquias locais não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia à Direção Geral de Qualificação dos Trabalhadores (INA); b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; c) Verificação do cumprimento do disposto na Lei n.º 75-A/2014 de 30 de setembro; d) Que se tratam da execução de trabalhos não subordinados, para os quais se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; 3 - Neste contexto, os competentes serviços municipais reuniram a informação relativa às aquisições de serviços, organizada na lista anexa, que não se encontram abrangidas na Deliberação de 22/01/2015 (I/5137/2015), relativa ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico para aquisição/prestação de serviços - Tarefa, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos, designadamente no que respeita; a) aos prazos de execução dos serviços que poderão configurar um contrato de prestação de serviços na modalidade de tarefa; b) aos valores dos serviços que ultrapassam o montante de € 5.000, nos termos do n.º 14 do artigo 75.º da LOE 2015, pelo que necessitam da respetiva autorização/parecer prévio favorável, tendo sido verificados e devidamente justificados os requisitos enunciados no ponto 2. Submete-se ao Órgão Executivo a emissão de parecer prévio vinculativo favorável para efeitos do disposto nos n.ºs 5 e 12, do artigo 75.º da LOE 2015, relativamente aos contratos de aquisição/prestação de serviços constantes do quadro abaixo, cujos requisitos se encontram verificados e devidamente justificados, com convite à (s) entidade (s) que reúnem os requisitos, habilitações e aptidão técnica para satisfação das necessidades, de acordo com a aprovação do órgão/entidade com competência para autorização da despesa e decisão de contratar.

Nº RQI	Descrição da Necessidade	PRC	EPEF	Prazo de Execução	Preço Base	Taxa aplicável	Preço base c/ redução remuneratória	Tipo de procedimento/ Fundamentação legal	Compromisso plurianual
1318	Aquisição de serviços de Assistência técnica e manutenção do Sistema Informático de Gestão (aplicações)	355	7 57	24 meses	19.317,60 €	8%	17.772,19 €	ADRG - Artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos	Nos termos do 12º do D.L. nº 127/2012 foi conferida autorização nas GOP/2014 da Assembleia Municipal de 28/11/2014, na rubrica 020219 – Assistência

	Medidata).								Técnica, cujo valor máximo para 2015 é de 107.710,00€, para 2016 é de 110.000,00€ e para 2017 e 2018 é de 120.000,00€.
217 218	Aquisição de equipamentos (telefones IP) e respetivos serviços de Assistência Técnica e Manutenção.	369 370	724 725	24 meses	2.119,90€ P/ equipamento 271,20€ p/ assistência técnica e manutenção	N/A	2.119,90€ P/ equipamento 271,20€ p/ assistência técnica e manutenção	ADRG - Artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos	Nos termos do 12º do D.L. nº 127/2012 foi conferida autorização nas GOP/2014 da Assembleia Municipal de 28/11/2014, na rubrica 020219 Assistência Técnica, cujo valor máximo para 2015 é de 107.710,00€, para 2016 é de 110.000,00€ e para 2017 e 2018 é de 120.000,00€.
277	Aquisição de serviços para a realização de Workshops - atividades lúdicas para bebés e crianças, no Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis.	372	758	1º semestre 2015	550,00 €	N/A	550,00 €	ADRS - artigo 128º do Código dos Contratos Públicos	Não aplicável
249	Aquisição de serviços de Consultoria no âmbito do Projeto Educativo Municipal (PEM).	390	707	9 meses	21.000,00 €	8%	19.320,00 €	ADRG - Artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos	Caso se verifique a plurianualidade do contrato, nos termos do 12º do D.L. nº 127/2012 foi conferida autorização nas GOP/2014 da Assembleia Municipal de 28/11/2014, na rubrica 020214 – Estudos, pareceres, Projetos e Consultoria, cujo valor máximo para 2015 é de 141.360,00€, para 2016, 2017 e 2018 é de 145.000,00€.

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====*

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11h e 30m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====*